



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO PARÁ  
Prefeitura Municipal de Itaituba

<b>PARECER JURÍDICO</b>
<b>PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2020 -TP</b>
<b>CONTRATO Nº 20200295</b>
<b>ASSUNTO: PEDIDO DE ADITIVO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DE OBRA</b>

O Secretário Municipal de Planejamento, por meio do MEMO SEMPLA nº 126A/2022, encaminhou à Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Itaituba/PA – DICOM, solicitação de prorrogação de prazo referente ao Contrato nº 20200295, a qual por sua vez foi encaminhada ao Departamento Jurídico, na forma do Parágrafo único, do artigo 38, da Lei 8.666/93, para emissão de parecer prévio.

Ressalte-se, primeiramente, que não cabe a este Procurador a análise do mérito administrativo (conveniência, oportunidade de sua realização), conduta que recai sobre a pessoa do Administrador Público – o que já foi externado com a autorização para a celebração do aditivo, cabendo tão somente a análise dos aspectos jurídicos-formais do instrumento contratual que se visa implementar.

O cerne da questão repousa na possibilidade jurídica de formalização do termo aditivo de prazo no Contrato acima nominado e enumerado.

Na justificativa apresentada pelo Secretário Municipal de Infraestrutura é alegado que a administração municipal necessita do prazo de 120 (cento e vinte) dias a partir do vencimento do contrato em epígrafe para conclusão do cronograma da obra “ (...) em decorrência da falta de insumos, materiais, mão de obra e peças de manutenção para os equipamentos utilizados nesta prestação de serviços”.

É sabido que a alteração contratual, aqui apresentada na forma de celebração de Termo Aditivo de Prazo, possui amparo legal conforme expressamente previsto no Art. 65 da Lei 8.666/93, razão pela qual passamos, por fim, à análise de regularidade de sua forma, o que se denota da Minuta submetida à assessoria jurídica.

Analisada a documentação anexada à Justificativa, constata-se que estão presentes os requisitos do caput do artigo 60, da Lei 8.666/93 que dispõe:

1.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO PARÁ  
Prefeitura Municipal de Itaituba

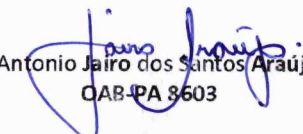
**Art. 60. Os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas, de tudo juntando-se cópia no processo que lhe deu origem".**

Ademais, consoante se infere do art. 61 da Lei Geral de Licitações, todos os requisitos ali mencionados foram satisfeitos: constam expressos os nomes das partes (Prefeitura Municipal e empresa contratada), a finalidade (realização de Termo Aditivo de Prazo), os atos que autorizaram a sua lavratura (solicitação de celebração de aditivo de prazo, justificativas e o contrato), o número do processo licitatório, e, finalmente, a sujeição à Lei e as cláusulas contratuais.

No mais, cumpre ressaltar que o prazo em tela de 120 (cento e vinte) dias, tem o objetivo único de viabilizar a conclusão da obras contratadas para a satisfação do interesse e da necessidade pública, conforme informado pelo Secretário Municipal de Infraestrutura, inexistindo, no momento, margem para novas solicitações de aditivo de prazo.

Isto posto, considerando-se a documentação, justificativas apresentadas e os preceitos legais relativos à questão, somos de parecer favorável, salvo melhor juízo, à assinatura do Termo Aditivo de Prazo referente ao Contrato nº 20200295, firmado no bojo do Processo Licitatório nº 006/2020 -TP.

Itaituba – Estado do Pará, 24 de junho de 2022.

  
Antonio Jairo dos Santos Araújo  
OAB-PA 8603